

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA PUCRS (ESPECIALIZAÇÃO)

Instituto de Letras e Artes

- Literatura Brasileira
 - * Aprovado pelo COCEP - Parecer nº08/90 de 11/01/90
 - Duração: 360 horas/aula
 - Coordenação: Regina Zilberman

 - Literatura Infantil
 - * Aprovado pelo COCEP - Parecer nº19/90 de 28/06/90
 - Duração: 360 horas/aula
 - Coordenação: Regina Zilberman
- Informações: ILA - Fone (051) 339.1511 - ramal 3176

A GRAMÁTICA GERATIVA E AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

CARLOS MIOTO
UFSC

1 - INTRODUÇÃO

Estudar como uma criança adquire a língua materna preocupa a Gramática Gerativa desde a sua constituição como modelo lingüístico e perdura nas suas versões atuais. Desde então, o estudo da aquisição da linguagem é uma questão relevante para o lingüista teórico na medida em que, nas palavras de Rizzi (1994:1), "é razoável esperar que o estudo do desenvolvimento da linguagem alargue as bases empíricas da teoria lingüística". A contraparte para o psicolingüista é que a Gramática Gerativa pode ser uma excelente ferramenta de pesquisa.

A preocupação dos gerativistas com a aquisição pode ser traduzida numa pergunta (que muitas vezes não esconde a perversidade marota) que se segue a análises impecavelmente lógicas, mas inegavelmente mirabolantes: **Como é que a criança sabe disso?** A resposta séria muitas vezes oferecida é: **Ou ela sabe porque nasceu sabendo, ou porque aprendeu de observar a língua que a cerca.** A primeira parte da resposta atende ao pressuposto do inatismo, isto é, ao fato de o ser humano ser dotado geneticamente da capacidade da linguagem. A segunda parte engloba o *input*, ou seja, o peso que a experiência tem na aquisição de uma língua. O resultado de "botar as crianças no meio" se vê em comunicações levemente humoradas como a que a colega Ruth vai apresentar.

A aquisição da linguagem surgiu como ponto de interesse a partir da necessidade de a teoria atender ao critério da adequação explanatória (Chomsky, 1965): uma teoria adequada deve ser capaz de prever quais sentenças pertencem à língua e quais não pertencem, deve fornecer uma descrição estrutural para as sentenças e **deve ser um modelo de como as crianças aprendem uma língua.** Sobre a teoria pesam exigências de simplicidade/economia compatíveis com o pouco tempo que a criança leva para adquirir sua língua e com a plausibilidade psicológica. De duas teorias que explicam o comportamento lingüístico dos falantes, a psicologicamente mais plausível é a que explica com um custo mínimo.

No modelo padrão, o custo mínimo era definido em termos de avaliação métrica. Como era um modelo baseado em regras, a derivação mais

econômica era a que demandava um número menor de regras ou passos para a derivação. Assim, poder-se-ia explicar o aparecimento tardio das passivas na linguagem das crianças em função de o sistema que as derivava requerer aplicação de regras numerosas e complicadas, capazes de transformar o verbo, de mover, de apagar, de criar elementos. Por sua vez, uma construção como a ativa, que requer um número menor de regras, deve se manifestar antes da passiva na linguagem das crianças. A partir da Teoria dos Princípios e Parâmetros, não está mais disponível um tratamento deste tipo.

2 – A TEORIA DOS PRINCÍPIOS E PARÂMETROS (TPP)

A mudança de perspectiva no tratamento da aquisição da linguagem decorreu da nova formulação da teoria gerativa. O sistema baseado em regras foi substituído por um outro constituído de princípios e parâmetros. Os princípios são leis universais, invariáveis que valem para todas as línguas naturais. Uma língua que não se submeta aos princípios não pode existir. Os parâmetros são propriedades ou conjuntos de propriedades bivalentes (no melhor dos mundos possíveis) que podem variar de uma língua para outra. Uma estrutura sintática que viole um princípio é irremediavelmente agramatical em qualquer língua natural. Uma estrutura sintática que não atenda a um parâmetro pode ser agramatical em uma língua mas não em outras. Para exemplificar o funcionamento do modelo, observe os três exemplos abaixo.

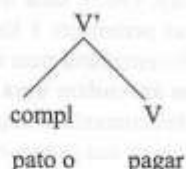
Um dos princípios, associado com a Teoria X-barra, estabelece que todos os constituintes se estruturam endocentricamente, ou seja, são categorialmente definidos por seu núcleo. Assim, um SN tem por núcleo um nome, um SP uma preposição, um SV um verbo.

As propriedades lexicais de um verbo determinam se ele tem ou não um SN complemento. Se ele tem, duas possibilidades estão abertas, (1.a) ou (1.b):

(1) a.



(1) b.



Ou seja, o núcleo V vem antes ou depois do SN complemento. O que não pode acontecer em nenhuma língua é que um SV tenha como núcleo um nome.

Entretanto, o princípio da endocentricidade não escolhe entre (1.a) ou (1.b). A escolha é determinada pelo parâmetro fixado pelas línguas particulares. O português escolheu a opção (1.a) que é estendida a todos os constituintes: o valor paramétrico assentado pelo português é **núcleo antes do complemento**. O kaingáng (língua indígena do sul do Brasil), por seu lado, escolheu a opção (1.b) e, em decorrência, o valor paramétrico é **núcleo depois do complemento**. Então, como quer que se diga em kaingáng, (1.a) é agramatical.

O segundo exemplo é retirado da Teoria da Vinculação, que estabelece, dentre outras coisas, como os reflexivos (as anáforas) encontram seu antecedente, são vinculados. O princípio relativo aos reflexivos determina que eles têm antecedente num certo domínio estruturalmente definido. Então, nenhuma língua natural pode admitir um reflexivo sem um tal antecedente. Observe as sentenças do português:

- (2) a. João disse que Pedro_i se_i machucou
 b. * João_i disse que Pedro se_i machucou

Nas duas sentenças de (2), dizemos que o se tem um antecedente, justamente Pedro, o SN co-indexado com ele. Entretanto, (2.b) é agramatical em virtude de o antecedente não se encontrar no domínio adequado. Por conveniência, digamos que isto acontece porque o reflexivo está fora da sentença subordinada, o domínio onde o se deve ser vinculado.

Agora, como é resolvido o problema relativo ao fato de a sentença correspondente a (2.b) (com o verbo no subjuntivo) ser gramatical no islandês (Hyams, 1988)? Obviamente, o islandês não está autorizado a ferir nenhum princípio da Gramática Universal. A solução é dizer, então, que há uma variação paramétrica envolvendo os domínios em que um reflexivo deve ser vinculado: no islandês o antecedente pode encontrar-se fora da sentença que contém o reflexivo. O que as línguas têm que tratar homogeneamente é a necessidade de uma anáfora ser vinculada. O que pode sofrer variação é o domínio em que acontece o processo de vinculação.

O terceiro exemplo envolve o Princípio da Projeção Estendida, segundo o qual as sentenças devem ter sujeito. Aplicado ao inglês, o princípio funciona sem que sejam necessárias considerações adicionais:

- (3) a. I ate the cake
 b. * Ate the cake

A sentença (3.b) é agramatical por não apresentar sujeito.

Entretanto, as sentenças correspondentes a (3) são ambas gramaticais no português:

- (4) a. Eu comi o bolo
 b. Comi o bolo

nitivas. Este operador vincula uma variável, uma posição vazia produzida por algum movimento.

Como uma sentença declarativa pode ter verbo no infinitivo – portanto sem o operador **tempo** – e, ao mesmo tempo, se submeter ao Princípio de Interpretação Plena? A resposta oferecida é que a língua infantil não dispõe de variáveis (isto é, não efetua o movimento requerido para formar a variável) e daí não haver necessidade do operador **tempo**. Quando a variável é adquirida, desaparecem as sentenças declarativas com o verbo no infinitivo. Assim, a língua da criança não viola o Princípio da Interpretação Plena por ele não se aplicar na falta de variável.

Agora, considere a manifestação deste fenômeno nas línguas V2. O que se observa de interessante na língua das crianças que estão adquirindo uma língua V2, como o alemão (Wexler, 1991), é que, a partir de um certo tempo, começa haver competição entre as sentenças finitas e infinitivas. Se o verbo é finito, ele aparece na segunda posição; se infinito, aparece na posição final.

As análises desenvolvidas para o fenômeno V2 estabelecem que o verbo se move para a segunda posição, passando por uma categoria encabeçada pelo operador **tempo**. Este movimento produz uma variável que vai necessitar de operador para ser interpretada. O operador transparece na forma finita do verbo. Isto não acontece com o verbo infinito que ainda não reflete a variável carente de vinculação. Assim, este verbo não pode ser movido para a segunda posição, ficando em sua posição de base.

O que impede as crianças de colocar em um verbo finito na última posição e um infinito na segunda? A resposta: se pusesse um verbo finito na última posição, o operador não teria a variável sobre a qual operar, já que não houve o movimento necessário; se pusesse o verbo infinitivo na segunda posição, produziria uma variável sem que houvesse um operador para possibilitar sua interpretação. Fazendo isso, a criança estaria violando um princípio, inato, o Princípio da Interpretação Plena.

Em essência, esta é a ilustração que queria fazer do modo como a Gramática Gerativa se relaciona com a Aquisição da Linguagem. O ponto focal da apresentação é que esta interface entre as duas disciplinas é altamente profícua para os estudos lingüísticos, tanto do lingüista teórico como para o psicolingüista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOMSKY, N. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge. MIT Press.
———. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.
CLAHSEN, H. (1989) "Creole Genesis, the Lexical Learning Hypothesis and the Problem of Development in Language Acquisition". *Papers of the Duisburg Symposium on Pidgin and Creole Languages*.
HYAMS, N. (1988) "A Principles-and-Parameters Approach to the Study of Child Language". In: *Papers and Reports on Child Language Development* 27: 153- 161.
RIZZI, L. (1994) "Some Notes on Linguistic Theory and Language Development: the Case of Root Infinitives". Ms, Université de Genève.
WEXLER, K. (1991) "Optional Infinitives, Head Movement and the Economy of Derivations in Child Grammar". Ms, apresentado na Universidade de Mary' d.